



## **O MEIO AMBIENTE COMO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SISAR/BSA NO CARIRI CEARENSE**

### **THE ENVIRONMENT AS INTERVENTION AREA OF SOCIAL SERVICE SISAR/ BSA IN CARIRI CEARENSE**

SANTOS<sup>a</sup>, Iris Paula Silva; OLIVEIRA<sup>a</sup>, Mônica Ivo de

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO<sup>a</sup>

Recebido em: 18/03/2016; Aceito: 20/04/2016; Publicado: 29/07/2016

#### **Resumo**

O presente artigo buscou caracterizar o meio ambiente como espaço de intervenção do Serviço Social no Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Salgado – SISAR/BSA no Cariri Cearense, no qual o meio ambiente é uma categoria pertinente para a prática do Serviço Social, por a dimensão ambiental ser indissociável das crises estruturais do capitalismo tardio. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa qualitativa, método estudo de caso e a técnica usada para coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Concluindo a necessária atuação do Assistente Social junto à questão ambiental considerando o assunto de relevância para a realidade social contemporânea.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Serviço Social; Saneamento Rural

#### **Abstract**

This paper aims to characterize the environment as intervention area of social work in the Integrated Rural Sanitation of the Salt Basin - SISAR / BSA in Cariri Cearense, in which the environment is a relevant category to the practice of social work, for the environmental dimension is inextricably related to the structural crisis of late capitalism. The methodological procedures were adopted qualitative research, study case method and the technique used to collect data, semi-structured interview. Completing the necessary role of the social worker with the environmental issue considering the issue of relevance to the contemporary social reality.

**Keywords:** Environment; Social Services; Rural Sanitation

## INTRODUÇÃO

No cenário nacional e internacional as discussões crescem significativamente sobre a temática ambiental, não só por ambientalistas, mas por vários profissionais que passaram a pensar criticamente sobre a relação do meio ambiente com a sociedade. Atribui-se essas preocupações aos problemas ambientais causados pelas degradações ambientais, resultado das produções em massa para manter o objetivo do sistema econômico capitalista.

O Assistente Social é o profissional que trabalha na perspectiva da garantia de direitos com fundamentos de superação da desigualdade social, atuando no âmbito das relações sociais junto à população em vulnerabilidade, movimentos sociais e no desenvolvimento de ações de fortalecimento da autonomia do indivíduo. Porém, o exercício profissional engessou-se na atuação dos campos tradicionais da construção da profissão, uma naturalização ao longo da história do Serviço Social voltado para as políticas sociais do Estado como instrumentos de reequilíbrio social e manutenção do mercado. Mas novas demandas sociais, são necessárias para a materialização do trabalho.

Na busca de novas demandas sociais, o Assistente Social abre novos espaços sócios ocupacionais, a partir do processo de pesquisa da temática em questão, assim possibilitando a construção de propostas para intervenção, como respostas dessas questões, pautados no seu projeto profissional.

Logo, esse artigo buscou contribuir na divulgação de informações por meio da fundamentação histórica, teórica, e crítica, através de referências bibliográficas e os dados coletados para o conhecimento da intervenção do Assistente Social nas questões ambientais, especificamente no abastecimento de água para as comunidades rurais. Sendo garantida a partir de uma Organização Não-Governamental- ONG, do estado do Ceará, localizada no município de Juazeiro do Norte - CE, o Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Salgado – SISAR/BSA. Visto que, é importante a relação homem e meio ambiente, por serem inseparáveis para a sobrevivência humana e também as contradições do sistema, que tanto expressa as desigualdades sociais, seja através de produções intelectuais ou práticas, como forma de luta por uma sociedade mais justa e livre da opressão implementado pelo modo de produção capitalista vigente.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A necessidade da intervenção do Serviço Social no Meio Ambiente

O Serviço Social tendo como objeto de intervenção a transformação social, o seu compromisso com a justiça social e as experiências acumuladas, são pertinentes para a possibilidade de participação em volta das questões ambientais, buscando a construção de um conhecimento que una o social ao ecológico em função de uma sociedade mais justa e sustentável.

Porém, para qualificar a prática profissional nessa temática é imprescindível, a aquisição de conhecimentos das problemáticas ambientais, modelos de ação de enfrentamento da mesma para construir uma forma de intervenção concreta.

A partir do conhecimento das questões originárias, que configuraram as expressões contemporâneas da questão social como as catástrofes naturais, que resultam em vítimas de enchentes, das doenças endêmicas causadas por poluições, e/ou o nomadismo de famílias inteiras causadas pelas secas e estiagem das chuvas em determinadas regiões, possibilitam em qualificar a intervenção do Assistente Social nessas novas demandas, as quais não podem ser entendidas isoladamente e interdependentes, pois são problemas sistemáticos (DORNELLES, 2008).

Fazendo um resgate do despertar da preocupação com o meio ambiente, Dornelles (2008) apresenta os resultados da evolução histórica que ganharam força através da organização da sociedade civil e das instituições políticas mundiais, que mostram a inseparabilidade dos problemas ambientais, dos sociais, a partir do final do século XX e início do século XXI.

Realizada em Estocolmo – Suécia, no ano de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, tem o objetivo de discutir o meio ambiente, a preservação e o modelo de crescimento adotado em todos os países. São indicadas as relações entre os problemas ambientais e humanos, apontando assim a educação ambiental como forma de mudanças e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Em 1975, acontece o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, organizado pela UNESCO em Belgrado, sobre a formação educacional e a consciência crítica. Em seguida no ano de 1977, também realizada pela UNESCO em parceria com a PNUMA, agora em Tbilisse, dar-se a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que

aborda a degradação do meio ambiente ao modelo de funcionamento da sociedade industrial e capitalista.

No ano de 1987, foi elaborado o Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, preparado pela Comissão Mundial da ONU, resultado das decisões de Estocolmo, que aprofunda a crítica ao modelo industrial de desenvolvimento e a incompatibilidade entre os recursos naturais, a capacidade de renovação dos ecossistemas e os padrões de produção e consumo.

No Brasil, no Rio de Janeiro, em 1992, realiza-se a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, chamada de Rio 92 ou Eco/92, onde elaboram estratégias para o quadro de aprofundamento da degradação ambiental e social, sugerindo um desenvolvimento sustentável – desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações, e visa à promoção da justiça social. Proposto também a elaboração da Agenda 21, que aponta temas como o combate à pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável em assentamentos humanos, acordos internacionais e mecanismos jurídicos.

Dez anos depois, em 2002, chamada de Rio + 10, uma nova Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, porém em Joanesburgo - África do Sul, apontou três objetivos: alteração nos padrões de produção e consumo, proteção dos recursos naturais e a erradicação da pobreza.

Em 2012, também no Rio de Janeiro, aconteceu a Rio+20, o qual em seu documento final reforça a importância das Políticas de economia verdes, a governança mundial do desenvolvimento sustentável. O PNUMA terá seu papel reforçado e valorizado como "autoridade global e na liderança da questão ambiental", com os recursos "assegurados". E os 25 temas particularmente abordados incluem erradicação da pobreza, segurança alimentar, água, energia, saúde, emprego, oceanos, mudanças climáticas, consumo e produção sustentáveis.

Assim, vários relatórios resultados desses encontros e outros mundiais, apontaram a degradação ambiental, o acirramento das desigualdades sociais e aprofundamento da miséria, apresentam a relação das questões ambientais com o social, reforçando a importância da melhor qualificação do profissional de serviço social para o apto enfrentamento a estas novas demandas que expressão a questão social (DORNELLES, 2008).

Pérez (2011) vem lembrar a importância

de considerar a passagem de um modelo economicista para a construção de princípio de sustentabilidade deve ser feito a partir da ótica de longo prazo, num crescimento de aprendizagem social, que levem a mudança nos padrões de produção e consumo.

O direcionamento da proposta de integrar o Serviço Social no meio ecológico necessita da consciência emergente do profissional nas formas de descrever, analisar e interpretar a realidade social nesse campo, para que no processo de intervenção do mesmo tenha recursos, instrumentos, ferramentas e uma linguagem pedagógica que possa contribuir para a prevenção, correção ou transformação da realidade social em meio à problemática ambiental.

A autora Irigalda (2011, p. 22) afirma que -o antídoto é (...) tomar consciência e explicitar o ponto de vista do qual se parte para fazer a intermediação entre a sociedade e o ambiental, pois o desenvolvimento da cultura em relação a soluções possíveis para a crise ambiental pode ser norteado pela educação ambiental com a participação social.

Alguns dos profissionais que possuem melhores condições para ser formados nesse campo são os assistentes sociais, que precisam analisar seu próprio papel e buscar a formação necessária em matéria ambiental ou em metodologia de participação social, para poder intervir com o máximo de rigor e profissionalismo (IRIGALDA, 2011).

Logo, o Assistente Social incorporando o reconhecimento que os recursos naturais são limitados e sua escassez e poluição geram problemas sociais, seu exercício profissional pauta-se em um papel fundamenta de reinventar mediações para a relação capital/exploração e a vida social e ambiental, seja por meio de capacitação, sensibilização e conscientização da população.

Sabendo que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225 garante que -todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2006). Logo, a qualidade de

vida e bem-estar social, é aqui proposta com a intervenção do Serviço Social, e a colaboração das pessoas afetadas.

Deve-se desenvolver também -a consciência do valor da pessoa, com seus direitos e deveres, com seus compromissos e responsabilidades com o meio ambiente (PÉREZ, 2011), com o outro, a justiça social, a solidariedade. Tendo todos como agentes ativos de sensibilização no processo de educando e educador, no comprometimento como efeito multiplicador desse conhecimento.

Na zona rural o entendimento do uso dos recursos naturais para a produção agrícola e a economia dessa população, não só para mantê-los no campo, deve ser de educação socioambiental na perspectiva de desenvolvimento comunitário integrado com a natureza.

Assim, a intervenção do Assistente Social, deve resultar na abordagem social de convívio cidadã e o bem-estar social; sociopolítica de participação da população rural nas instituições, associações e o fortalecimento do associativismo; ecológica de promoção de respeito à natureza e conservação; e cultural de incentivo a projetos que levem à recuperação da identidade coletiva e das raízes históricas. Essas ações socioambientais podem ser resumidas em informações e assessoria, promoção da participação social para identificar e avaliar os recursos existentes na comunidade e os impactos causados pela exploração, sua recuperação e a promoção da economia social pública e o cooperativismo (AGUAYO; GARCÍA, 2011).

### **Política de abastecimento de água na zona rural e a intervenção do Assistente Social na questão ambiental**

A consciência de que não há superatividade entre problemas ambientais e sociais ganha forma através da organização da sociedade civil e das instituições políticas mundiais, resultando em um processo de amplas discussões.

A Política Nacional de Saneamento Básico, Lei nº 11.455, de 5 de janeiro de 2007, estabelece que os serviços públicos de saneamento básico sejam prestados com base em vários princípios fundamentais, entre eles a universalização do acesso, a segurança, a qualidade, a regularidade e a articulação com as políticas de promoção da saúde, de proteção ambiental e outras de relevância social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Logo, o

abastecimento de água potável é essencial para a vida e se constitui pelas atividades de infraestrutura e instalações, desde a captação até as instalações prediais e respectivos instrumentos de mediação necessários para o abastecimento público de água potável (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, 2013).

O acesso à água é direito humano essencial, relacionado com o direito à vida à saúde e à alimentação declarado pela ONU, tendo também impacto fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. A Política Nacional instituída pelo Decreto nº 7.272/2010, que responsabiliza o Estado a assegurar esse direito aos cidadãos, em especial aqueles que vivem em vulnerabilidade socioambiental, de insegurança hídrica e produção de na agricultura familiar.

As dificuldades de acesso regular ou mesmo o acesso precário a qualquer fonte de água potável ainda se constitui como desafio e uma realidade para centenas de famílias, particularmente crítica para a população localizada na zona rural do país, em especial para aquela em situação de extrema pobreza. Variações climáticas que afetam a disponibilidade de água, a poluição de fontes hídricas disponíveis, além da debilidade do acesso aos recursos hídricos, são fatores que incidem na qualidade de vida das famílias, que muitas vezes não dispõe de meio suficientes para obter água para o consumo humano e para a produção de alimentos, comprometendo substancialmente suas condições de sobrevivência (BRASIL, 2015).

Logo, essas promoções de abastecimento de água são amparadas pelo Decreto nº 7217/2010 que regulamenta a Política de Saneamento Básico, na qual, o Estado deve garantir meio adequados para o atendimento da população rural, de características econômicas e sociais. Nessa dimensão, outro Decreto nº 7.492/2011, que dispõe sobre o Plano Brasil Sem Miséria e o Decreto nº 7.535/2011, do Programa Nacional de Acesso e Uso da Água, visando à materialização do acesso à água das populações rurais com qualidade e quantidade, no compromisso do Governo Federal e

órgão de planejamento, gestão e execução.

Outro órgão responsável pelo abastecimento de água na zona rural é a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, inclusive no atendimento às populações remanescentes de quilombos, assentamentos rurais e populações ribeirinhas, conforme estabelece o Plano Plurianual do Governo (PPA 2012-2015).

A FUNASA coordena a elaboração e implementação do Programa de Saneamento Rural, definido como Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR, que objetiva a integralidade das ações, a concepção de territorialidade rural e a integração com outros Programas e Políticas Públicas para promover o desenvolvimento de ações de saneamento básico no panorama de universalização do acesso, com estratégias que garantam a equidade, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade dos serviços e a participação e controle social em áreas rurais (FUNASA, 2015).

No serviço de saneamento prestado em área rural, a receita e o custo tem algumas dificuldades, visto que os domicílios são mais afastados uns dos outros diferente da área urbana, não proporcionando assim ganhos de escala para as concessionárias de saneamento. Logo, as formas de gerenciamento para saneamento básico nas zonas rurais são aplicadas por Concessionária Estadual de Saneamento, Prefeitura Municipal, Sistema Autônomo de Água e Esgoto. E para a complementariedade de ações para a garantia do abastecimento de água na zona rural, o Terceiro Setor também atua através de Comunidade Organizada e SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural.

No estado do Ceará, a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) é uma sociedade de economia mista criada em julho de 1971, pela lei nº 9.499, resultante do PLANASA, e é vinculada à Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará. Tem a concessão da maioria dos municípios para prestar o serviço de saneamento básico, não distintamente de outras no Brasil, atua mais frequentemente em ambientes urbanos: municípios e distritos. No intuito de suprir esta lacuna ela vem apoiando o SISAR como alternativa para o saneamento rural (NETO, 2011).

O SISAR é uma organização não governamental sem fins econômicos, formado por associações das comunidades beneficiadas com Sistema de Abastecimento de Água - SAA e/ou esgotamento sanitário, filiadas e localizadas na mesma bacia hidrográfica. Foi idealizado pelo Banco Alemão KFW, que investiu em algumas

áreas do semi-árido no Estado do Ceará, construindo sistemas de abastecimento de água e esgoto. O primeiro foi constituído em 1996, no município de Sobral. Após cinco anos da criação, o Governo do Estado percebeu as experiências positivas do SISAR e entre os anos de 2001 e 2002 houve a replicação desse modelo de gestão em todo o Estado, com o apoio da CAGECE. Atualmente existem oito SISAR's no Ceará distribuídos em oito bacias hidrográficas. (SISAR, 2014).

Os SAA são implantados a partir de diversas fontes de recurso financeiro. As principais são: Projeto São José, Banco KFW, FUNASA, DNOCS, SOHIDRA, SRH, PRODETUR, Programa Água para Todos, Governo do Estado e Prefeituras. Após o recebimento do benefício, a comunidade busca de forma espontânea filiar-se ao SISAR para que possa receber os serviços ofertados pelo mesmo.

O SISAR oferece as associações filiadas o abastecimento de água, fazendo a manutenção preventiva e corretiva aos sistemas, selecionando e treinando os candidatos a operador de sistema, indicados pelas Associações, orienta as associações sobre os procedimentos a serem adotados para realização de manutenções preventivas e corretivas, fornece produtos químicos para tratamento e desinfecção de água, realiza análise de água dos SAA's obedecendo a Portaria do Ministério da Saúde. Emite as contas de água mensalmente, e envia às associações, e avalia o desempenho operacional dos sistemas, alertando as Associações sobre eventuais irregularidades decorrentes de deficiência ou má qualidade na prestação dos serviços.

Para o SISAR gerenciar esses SAA é necessário que as comunidades tenham associações formadas. Sob o ponto de vista social, esta é uma alternativa interessante porque fortalece a integração entre os membros da comunidade e fortalece o senso de cidadania, pois uma comunidade que consegue se organizar coletivamente para o abastecimento de água, consegue se organizar também para reivindicar melhorias nos demais serviços públicos para buscar alternativas de geração de renda, enfim para serem agentes ativos no processo social.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo teve como procedimentos metodológicos adotados a pesquisa qualitativa de natureza de estudo de caso, devido à consistência e a densidade do tema, permitindo assim, uma maior compreensão e apreensão da realidade através das relações, interpretações e informações,

possibilitando chegar o mais próximo possível do real concreto.

O método usado para a coleta de dados da presente pesquisa foi através da entrevista semiestruturada, com 14 perguntas, que para Marconi e Lakatos (2005) é um instrumento que proporciona mais liberdade no direcionamento das perguntas ao entrevistado e por isso o entrevistador pode explorar muito mais daquilo que deseja saber, tendo em vista que são geralmente abertas as perguntas, possibilitando uma conversa informal.

Assim, o estudo foi realizado no Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Salgado – SISAR/BSA no município de Juazeiro do Norte – CE, no mês de Novembro do ano de 2014, tendo como sujeito da pesquisa a assistente social do setor social do SISAR/BSA. A autorização para a realização da pesquisa de campo, foi através de um termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), obedeceu aos requisitos estabelecidos pela Resolução 466/12- Conselho Nacional de Saúde, que rege as pesquisas envolvendo seres humanos.

## ANALISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo objetivou caracterizar o meio ambiente como espaço de intervenção do Serviço Social no Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Salgado – SISAR/BSA no Ceará, na peculiaridade da inserção do assistente social na esfera ambiental, numa perspectiva de defesa e promoção do direito ao acesso água para controle e organização da vida cotidiana na zona rural, relacionando os desafios e estratégias para o profissional do Serviço Social. Foi entrevistado a assistente social do SISAR/BSA. Para manter o sigilo designou-se a fala como A.S.

A interpretação dos dados coletados inicia-se com o conhecimento das experiências de atuação em outros espaços sócio ocupacionais do Assistente Social. Dada à resposta observa-se a experiência da A.S. nas principais áreas de intervenção do Serviço Social como a assistência social e saúde e no terceiro setor, este que segundo Montañó (2002), as ONGs nos anos de 1970 e 1980 eram articuladoras ao lado dos movimentos sociais, porém atualmente passaram a negociar com o Estado na manutenção da lógica capitalista, trazendo para si, a responsabilidade de enfrentamento da questão social, enfraquecendo assim as lutas e reivindicações dos movimentos sociais.

A segunda pergunta refere-se a escolha do espaço sócio ocupacional atual de exercício

profissional, sendo percebido como resposta o descobrir do campo de atuação, e a A.S. ainda deixou claro que esse campo é um desafio, entendendo que o terceiro setor, é um paradoxo para o Serviço Social em geral, pois os espaços das ONGs e Filantropias empresariais portam estratégias de esvaziamento dos direitos sociais, como também a área ambiental, uma nova demanda para a intervenção do Assistente Social.

Já que o SISAR trabalha com a gestão dos sistemas de abastecimento de água na zona rural, torna-se importante saber se a profissional do setor social dessa ONG tem conhecimento sobre as políticas de abastecimento de água, e a profissional limitou-se a responder que sim.

Logo, perguntou-se qual a sua opinião sobre a importância do SISAR para a sociedade. Em meio a resposta, observou-se a ênfase na importância do SISAR para a organização das comunidades, ou seja, na emancipação pela autonomia do controle social e associativismo na busca de conseguir benefícios para seus associados por meio de ações coletivas.

Continuando a falar sobre a importância do trabalho do SISAR, perguntou-se sobre o direcionamento da composição da equipe técnica, seu perfil e pré-requisitos. Logo, se presencia que na fala da A.S. as atribuições e competências do Assistente Social, previstas pela Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social, lembrando da proatividade como necessária para a atuação do profissional nos serviços socioassistências.

Buscou-se conhecer as principais intervenções realizadas nas comunidades atendidas pelo SISAR. Entende-se que no fazer profissional a intervenção utiliza-se das demandas encontradas com o processo de gestão da ONGs pela mediação de conflitos, e as ações pedagógicas de conscientização socioambiental do acesso à água.

Falando na intervenção realizada procurou-se conhecer quais os instrumentais utilizados na prática, sendo respondida pela A.S. como “*material multimídia (data show), cartazes e panfletos*”. Mas, no processo observacional, observou-se que são utilizados também os instrumentos técnico-operativos: conversar informais, documentações, reuniões e nelas o material de multimídia, cartazes e panfletos, visitas domiciliares para acompanhamento das comunidades, fichas de cadastro para a associação da comunidade junto ao SISAR e os relatórios para informações mensais dos trabalhos realizados.

Prosseguindo, buscou-se saber como se materializa o trabalho do assistente social. Sendo

afirmada como resposta que a materialização do trabalho do assistente social acontece no uso dos instrumentais técnico-operativos para as ações na prática profissional, onde o instrumental e a técnica estão relacionados em uma unidade dialética.

Afunilando a procura por compreensão da caracterização desse espaço sócio ocupacional, pediu-se que informasse os desafios institucionais para a realização do exercício profissional. Observou-se com suas respostas a A.S. expõe a grande demanda para ser atendida.

Focando a questão ambiental, perguntou-se qual a aproximação da educação ambiental na capacitação social, a seguinte solução da questão: a importância de manter-se em constante processo de aprimoramento dos conhecimentos, quanto à transmissão desses conhecimentos para as comunidades conscientes sobre os cuidados com a natureza.

Os principais desafios para a efetivação da intervenção, foi apontado o enfraquecimento da participação popular é o principal desafio encontrado no campo, pode-se atribuir isso aos problemas sociais existentes resultantes do sistema capitalista, onde o individualismo preconiza.

Na busca de criticidade e sugestões, perguntou-se sobre o que seria preciso para o melhoramento no sentido de torna-se mais eficaz o abastecimento de água na zona rural. Ficando notória a sugestão crítica de melhoramento na gestão pública, junto às comunidades, pois não tem compromisso com as políticas sociais para melhoramento eficiente dessas populações.

Por fim, perguntou-se se o SISAR possibilita o acesso às informações sobre os direitos sociais das populações rurais e de que modo isso acontece. A resposta indicou que o acesso as informações dos direitos sociais limitam-se ao abastecimento de água, não possibilitando os usuários a demais direitos sociais oferecidos pelo Estado para essas comunidades.

## CONCLUSÃO

A questão ambiental está vinculada estreitamente com o sistema capitalista, na qual a transformação da natureza em fonte de lucro no capitalismo tardio, pelas bases materiais do processo de acumulação capitalista contemporânea, evidencia a razão da escassez de recursos naturais e dos efeitos danosos da poluição. A crítica a essa produção em larga medida, surge os discursos pela tomada de consciência das várias categorias da sociedade quanto aos riscos à reprodução da vida no planeta.

É relevante que nessa nova demanda como nas anteriores de atuação do Assistente Social, o profissional saiba exatamente qual o seu papel na intervenção nos diversos segmentos, deixando claro suas competências para saber delimitar qual o seu papel dentro desse espaço ocupacional, estudando a vulnerabilidade social, no intuito de diagnosticar socialmente as expressões da questão social, com uma perspectiva crítica e eticamente comprometida com os direitos sociais, requerendo a proposição de estratégias que sejam capazes de provocar mudanças em prol do acesso e permanência destes.

O estudo possibilitou identificar que o Meio Ambiente é emergente para o Serviço Social, como temática transversal a questão social, que é a relação capital/exploração ambiental, ainda pouco discutida por essa categoria, assim carrega ainda muitas fragilidades, pelo fato de que o espaço é muito recente e muitas vezes desconhecido. Porém a questão ambiental não é apenas um futuro campo de trabalho do Assistente Social, mas um componente útil e concreto do seu trabalho em diferentes áreas da atuação que precisa ser desvelada, visto que encara a ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação as lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, a justiça social e equidade, valores presentes no Código de Ética Profissional

Dessa forma, o trabalho buscou a tomada do ponto de partida, da inserção do Assistente Social no âmbito ambiental, para que mais pesquisadores mergulhem no estudo da questão ambiental e fecundem o tema com outras inquietações e possibilidades para o problema, considerando o assunto de relevância para a realidade social contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- AGUAYO, I. H; GARCÍA, L. M. R. **O meio ambiente como fator de desenvolvimento:** uma perspectiva a partir do Serviço Social. In: Serviço Social e meio ambiente. 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federal do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Brasília: 2015 Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/acessoagua>. Acesso em 28/11/2015.

DORNELLES, Denise Freitas. **A prática do assistente social em uma comunidade sustentável:** desafios para a sociedade contemporânea. – São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.

IRIGALBA, Ana Carmem. **A prática da ecologia social:** a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: Serviço Social e meio ambiente. 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

LAKATOS Eva Maria, MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** – 6º ed. – São Paulo: Atlas 2005.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a -especialidade e sua reprodução. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, Valmiki Sampaio de Albuquerque. **Análise do SISAR como uma alternativa financeiramente sustentável para o saneamento rural no Ceará.** 2011. 74f. Dissertação. Mestre em Economia. Universidade Federal do Ceará - UFC – Fortaleza, 2011.

PÉREZ, Alejandro Gaona. **Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental.** In: Serviço Social e meio ambiente. 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Caderno de Educação Ambiental:** Resíduos Sólidos. 2 ed. – São Paulo: SMA, 2013.

SISAR, Ceará. Disponível: [www.sisarceara.org.br](http://www.sisarceara.org.br). Acesso em: 07.12.2014